
SANTA CASA DE POMPEIA

CNPJ: 55.065.601/0001-74

**Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório dos
Auditores Independentes**

31 de dezembro de 2020 e 2019

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Ao Senhor Provedor da
SANTA CASA DE POMPÉIA
Pompéia - SP**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da SANTA CASA DE POMPÉIA que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, excetuando os efeitos dos assuntos comentados no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SANTA CASA DE POMPÉIA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Pelo fato da ausência do controle individualizado a Entidade não realizou a revisão da vida útil dos bens imobilizados, deste modo ficamos impossibilitados de emitir uma opinião sobre os valores constantes no grupo do Imobilizado, que em 31 de dezembro de 2020 totalizava um valor de R\$ 2.870.728, bem como reflexo do cálculo de depreciação sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido da Entidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Araçatuba, 19 de março de 2021

LUIS EDUARDO

AZEVEDO:30677978

847

AZEVEDO AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S

CRC 2SP 017174/0-6

Luís Eduardo Azevedo

Contador CRC 1SP292909/0-6

Assinado de forma digital por LUIS

EDUARDO AZEVEDO:30677978847

Dados: 2021.03.24 05:05:59 -03'00'

SANTA CASA DE POMPÉIA
CNPJ - 55.065.601/0001-74

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa sem restrição	3.2	135.869	147.050	Fornecedores	5	178.707	140.304
Caixa e equivalentes de caixa com restrição	3.2	586.792	100.572	Serviços Terceiros a Pagar	6	376.287	692.949
Contas a Receber	3.3	658.759	610.110	Obrigações Sociais		117.278	96.901
(-) Perdas Estimadas	3.4	-	(18)	Obrigações Trabalhistas		414.063	324.330
Outros Créditos	3.5	269.111	499.950	Obrigações Tributárias	11	109.927	100.558
Estoques	3.6	126.440	120.468	Obrigações Sociais Parceladas	10	77.583	115.245
Subvenções a Receber	3.7	1.688.520	1.562.900	Empréstimos e Financiamentos		205.153	159.495
				Férias a Pagar		743.868	626.478
TOTAL CIRCULANTE		3.465.492	3.041.032	Outras Obrigações a Pagar		45.809	34.093
				Subvenções a Realizar	8	2.275.312	1.663.576
NÃO CIRCULANTE				TOTAL CIRCULANTE		4.543.988	3.953.929
Realizável a Longo Prazo	3.7	257.040	-	NÃO CIRCULANTE			
Subvenções A Receber LP		257.040	-	Empréstimos e Financiamentos - LP	10	191.558	396.711
Imobilizado		2.870.728	2.448.639	Obrigações Sociais Parceladas - LP	11	120.683	173.314
Imobilizado sem restrição	3.8	2.217.774	2.053.603	Subvenções a Realizar LP	8	257.040	-
(-) Depreciação Acumulada sem restrição	3.8	(2.256)	(158)	Receitas Diferidas	9	655.210	395.193
Imobilizado com restrição	3.8	770.226	482.130	TOTAL NÃO CIRCULANTE		1.224.491	965.218
(-) Depreciação Acumulada com restrição	3.8	(115.017)	(86.936)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL NÃO CIRCULANTE		3.127.768	2.448.639	Patrimônio Social	15	653.366	(381.765)
				Superavit/Deficit do Exercício		171.416	952.289
TOTAL DO ATIVO		6.593.260	5.489.671	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	824.781	570.524
				TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.593.260	5.489.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Pompéia, 31 de dezembro de 2020.

Alair Mendes Fragoso
Provedor

Carlos Mitsunori Haraki
Contador CRC 15P165207/O-3

SANTA CASA DE POMPÉIA
 CNPJ - 55.065.601/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
RECEITAS			
Atendimentos ao SUS		8.349.257	7.016.530
Convênios		828.765	801.684
Pacientes Particulares		59.533	71.862
(-) Abatimentos - Glosas		-	(18)
		9.237.555	7.890.057
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Pessoal		(8.931.345)	(8.810.121)
Serviços de Terceiros		(2.268.883)	(2.017.095)
Materiais e Medicamentos		(272.862)	(231.177)
		(11.473.090)	(11.058.392)
Resultado (Superavit/Déficit) Bruto		(2.235.535)	(3.168.335)
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas e Gerais		(2.560.926)	(1.171.763)
Financeiras Líquidas		(144.187)	(170.923)
Outras Receitas	24	89.456	1.113.348
Outras despesas		-	(32.947)
Aluguéis		416.645	432.212
Receitas com Trabalho Voluntário	22	88.704	67.584
Receitas com Isenções Usufruídas	23	2.190.805	1.913.202
		80.497	2.150.714
RECEITAS COM SUBVENÇÕES E DOAÇÕES			
Subvenções Federais	18	26.384	26.384
Subvenções Estaduais	18	174.681	433.143
Subvenções Municipais	18	1.993.569	1.454.000
Doações	17	131.820	56.383
		2.326.454	1.969.910
RESULTADO DO EXERCÍCIO	15	171.416	952.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Pompéia, 31 de dezembro de 2020.

Alair Mendes Fragoso
 Provedor

Carlos Mitsunori Haraki
 Contador CRC 1SP165207/O-3

SANTA CASA DE POMPÉIA
CNPJ - 55.065.601/0001-74

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(319.812)	(167.577)	(487.389)
Transferência de Déficit para Patrimônio Social	(167.577)	167.577	-
Ajuste de Exercícios anteriores	105.624	-	105.624
Déficit do exercício	-	952.289	952.289
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(381.765)	952.289	570.524
Transferência de Déficit para Patrimônio Social	952.289	(952.289)	-
Ajuste de Exercícios anteriores	82.842	-	82.842
Superávit do exercício	-	171.416	171.416
Saldo em 31 de dezembro de 2020	653.366	171.416	824.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Pompéia, 31 de dezembro de 2020.

Alair Mendes Fragoso
Provedor


Carlos Mitsunori Haraki
Contador CRC 1SP165207/O-3

SANTA CASA DE POMPÉIA
 CNPJ - 55.065.601/0001-74
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (valores expressos em reais)

Método Indireto	31/12/2020	31/12/2019
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Resultado do Exercício	171.416	952.289
Ajuste de Exercícios Anteriores	82.842	105.624
Perdas Estimadas	(18)	(236)
Depreciação	30.179	26.474
Férias a Pagar	117.391	(108.843)
Receitas Diferidas	260.016	191.897
(=) Resultado Ajustado	661.825	1.167.204
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante		
Contas a Receber	(48.649)	(14.242)
Outros créditos	230.838	(126.580)
Estoques	(5.972)	(48.962)
Subvenções a Receber	(125.620)	(1.432.774)
(=) Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante	50.597	(1.622.557)
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	38.403	(59.668)
Serviços Terceiros a Pagar	(316.661)	(329.731)
Obrigações Sociais	20.377	(11.325)
Obrigações Trabalhistas	89.733	(10)
Obrigações Tributárias	9.369	(24.756)
Outras Obrigações a Pagar	11.716	(111.639)
Subvenção a Realizar	611.736	1.034.606
Obrigações Sociais Parceladas	(90.294)	(122.709)
(=) Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante	374.380	374.769
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)	1.086.802	(80.584)
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisição do Imobilizado	(452.268)	(227.551)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(452.268)	(227.551)
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Empréstimos e Financiamentos	(159.495)	(123.999)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(159.495)	(123.999)
VARIAÇÃO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)	475.039	(432.133)
SALDO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	247.622	679.755
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	475.039	(432.133)
SALDO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	722.661	247.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Pompéia, 31 de dezembro de 2020.

Alair Mendes Fragoso
 Provedor

Carlos Mitsunori Haraki
 Contador CRC 1SP165207/O-3

SANTA CASA DE POMPÉIA

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em Reais)

1 Contexto operacional

A SANTA CASA DE POMPÉIA, fundada em oito de junho de um mil novecentos e quarenta e um, com seus Estatutos originais publicados no Diário Oficial do Estado de 30/07/41, e posteriores alterações. É uma sociedade civil de natureza beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a prestação de serviços permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, obrigando-se a manter leitos e serviços hospitalares para serviços públicos, gratuitos, sem distinção de raça, cor, sexo, credo e religião, nas proporções fixadas pela legislação, normas e regulamentos de regência.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei n. 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, que deram início ao processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às novas regras internacionais de contabilidade. Observamos também os dispostos nas novas normas brasileiras de contabilidade, elaboradas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros.

3 Descrições das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Ativos circulantes e não circulante

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, atualizações e provisão necessária para a redução ao seu valor de mercado.

3.2 Caixa e Equivalente de Caixa

Composto do caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	42	353
Bancos Conta Movimento - Sem Restrição	440	12.933
Aplicação Liquidez Imediata - Sem Restrição	135.387	133.764
Aplicação Liquidez Imediata - Com Restrição	586.792	100.572
Total	<u>722.661</u>	<u>247.622</u>

3.3 Contas a Receber

Representam os valores provenientes de direitos a receber referente aos Serviços de Saúde prestados pela Entidade, deduzindo as faturas já emitidas, mas com competência do exercício seguinte.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
SUS	149.947	149.947
Convênio DHS	454.060	388.951
Unimed	52.502	61.741
Demais Convênios	2.250	9.471
Total	<u>658.759</u>	<u>610.110</u>

3.4 Perdas Estimadas

As contas a receber que são provenientes de atendimento ao Sistema Único de Saúde não entra na memória de cálculo, entretanto os demais Convênios e Particulares, foi utilizado o índice apurado entre o total de glosa dos convênios no ano de 2020, dividido pelo total recebido pelos mesmos no mesmo período de competência e o índice encontrado foi multiplicado pelo total a receber ao final do exercício corrente. No exercício de 2020 pela metodologia de cálculo, não houve necessidade de provisão de perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa.

3.5 Outros Créditos

São representados nessa conta, valores oriundos de adiantamentos junto a funcionários, parcelas a receber da venda de 5 lotes de terrenos, bem como as demais contas a receber.

3.6 Estoques

Corresponde aos materiais alocados na farmácia e no almoxarifado, avaliados ao custo médio de aquisição e que não excede o valor de mercado.

Anualmente é realizado inventário do estoque físico, como segue:

	2020	2019
Medicamentos	57.872,86	-
Material Hospitalar	62.124,57	120.467,67
Material de Limpeza	2.341,56	-
Material de Manutenção Predial	130,50	-
Uso e Consumo	3.970,46	-
Total	126.440	120.468

3.7 Subvenções a Receber

Corresponde ao Saldo de Subvenções a Receber municipais, estaduais e federais

Curto Prazo	2020	2019
Prefeitura Municipal de Pompéia	1.560.000	1.488.000
Prefeitura Municipal de Quintana	-	3.000
Subvenção Estadual - Convênio 1062/2018	128.520	61.583
Subvenção Federal - Convênio 835235/2016	-	10.318
Total	1.688.520	1.562.900
Longo Prazo	2020	2019
Subvenção Estadual - Convênio 242/2020 - LP	257.040	-
Total	257.040	-
Total	1.945.560	1.562.900

3.8 Imobilizado

Os bens imobilizados são registrados e demonstrados contabilmente pelo custo de aquisição.

Imobilizado - Sem Restrição	2019	Aquisições	2020
Edifícios	135.150	-	135.150
Moveis e Utensílios	64.741	9.800	74.541
Instalações	12.588	-	12.588
Máquinas e Equipamentos	838.528	58.932	897.459
Equipamento para Escritório	31.489	12.175	43.664
Equipamentos de Comunicação	18.114	-	18.114
Equipamentos Hospitalares	231.789	4.717	236.506
Telefone	538	-	538
Instrumento Cirúrgico	7.895	-	7.895
Direitos De Uso (Software)	2.224	-	2.224
Imobilizado Em Andamento	710.548	78.547	789.095
Total do Imobilizado - Sem Restrição	2.053.603	164.171	2.217.774

Depreciação Acumulada - Sem Restrição	2019	Depreciação	2020
Moveis e Utensílios	-	(221)	(221)
Máquinas e Equipamentos	(158)	(1.246)	(1.403)
Equipamento para Escritório	-	(554)	(554)
Equipamentos Hospitalares	-	(79)	(79)
Total de Depreciação - Sem Restrição	(158)	(2.099)	(2.256)

Saldo Líquido - Sem Restrição	2.053.445	162.073	2.215.518
--------------------------------------	------------------	----------------	------------------

Imobilizado - Com Restrição	2019	Aquisições	2020
Móveis e Utensílios - Convênio - 790981/13	4.680	-	4.680
Móveis e Utensílios - Convênio - 835270/16	27.871	-	27.871
Maquinas e Equipamentos - Convênio - 790981/13	94.130	-	94.130
Equipamentos Hospitalares - Convênio - 835270/16	137.168	-	137.168
Equipamentos Hospitalares - Covid 19	-	72.547	72.547
Imobilizado Em Andamento	218.281	215.550	433.831
Total do Imobilizado - Com Restrição	482.130	288.097	770.226

Depreciação Acumulada - Com Restrição	2019	Depreciação	2020
Móveis e Utensílios - Convênio - 790981/13	(3.132)	(604)	(3.736)
Móveis e Utensílios - Convênio - 835270/16	(6.112)	(2.787)	(8.899)
Maquinas e Equipamentos - Convênio - 790981/13	(47.897)	(9.277)	(57.173)
Maquinas e Equipamentos - Convênio - 835270/16	(29.796)	(13.716)	(43.512)
Maquinas e Equipamentos - Covid 19	-	(1.697)	(1.697)
Total de Depreciação - Com Restrição	(86.936)	(28.080)	(115.017)

Saldo Líquido - Com Restrição	395.193	260.016	655.210
--------------------------------------	----------------	----------------	----------------

Saldo Líquido - Total	2.448.639		2.870.728
------------------------------	------------------	--	------------------

4 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações incorridos.

5 Fornecedores

São provenientes de valores em aberto junto a fornecedores da Entidade que são pagos no início de 2021.

6 Serviços de terceiros a pagar

Refere-se a recursos a serem repassados aos médicos pelos serviços prestados junto ao SUS (Sistema Único de Saúde) e a convênios particulares e outros prestadores de serviços PJ.

7 Obrigações sociais, tributárias e trabalhistas

Representam valores a pagar referentes salários, INSS, FGTS e IRRF.

8 Subvenções a realizar

Refere-se a recursos de subvenções a realizar, sendo:

	2020	2019
Subvenção Municipal - Prefeitura Municipal Pompéia	1.563.000	1.491.000
Subvenção Estadual - Convênio 1062/2018	149.747	61.583
Subvenção Estadual - Convênio 1544/2018	96	48.631
Subvenção Federal - Convênio 835270/2016	-	62.363
Subvenção Estadual - Convênio 1377/2020	192.397	-
Subvenção Estadual - Convênio 000062/2020	99.982	-
Subvenção Estadual - Convênio 000221/2020	91.324	-
Subvenção Estadual - Convênio 0800/2020	151.744	-
Subvenção Municipal - DHS (Via verba parlamentar)	27.022	-
Subvenção Estadual - Convênio 242/2020	257.040	-
Total	2.532.352	1.663.576

9 Receitas diferidas

Conforme determinado nas normas brasileiras de contabilidade, especificamente na NBC TG 07 Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem.

Desta forma, a Entidade reconhece como receita de subvenções para investimento, em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado, e no exercício de 2020 totalizou em R\$ 28.080, restando 655.210, já gastos com imobilizado e que serão reconhecidos em períodos subsequentes.

Saldo das Receitas Diferidas em 2020 = R\$ 655.210.

Saldo das Receitas Diferidas em 2019 = R\$ 395.193.

Depreciação Acumulada - Com Restrição	2019	Depreciação	2020
Móveis e Utensílios - Convênio - 790981/13	(3.132)	(604)	(3.736)
Móveis e Utensílios - Convênio - 835270/16	(6.112)	(2.787)	(8.899)
Maquinas e Equipamentos - Convênio - 790981/13	(47.897)	(9.277)	(57.173)
Maquinas e Equipamentos - Convênio - 835270/16	(29.796)	(13.716)	(43.512)
Maquinas e Equipamentos - Covid 19	-	(1.697)	(1.697)
Total de Depreciação - Com Restrição	(86.936)	(28.080)	(115.017)
Saldo Líquido - Com Restrição	395.193	260.016	655.210

10 Empréstimos e Financiamentos

Empréstimo contratado junto a Caixa Econômica Federal, sendo:

Valor: R\$ 791.000,00, 13/09/2017 Prazo; 60 meses: quitação em: 10/09/2022 Valor Prestação: R\$ 23.603,44;

<u>Conta</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total 2020</u>	<u>Total 2019</u>
CEF - 60 meses	205.153	191.558	396.711	556.206
Total	205.153	191.558	396.711	556.206

11 Obrigações sociais parceladas

<u>Conta</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total 2020</u>	<u>Total 2019</u>
INSS	14.644	109.934	124.578	135.726
FGTS	62.938	10.749	73.688	152.834
Total	77.583	120.683	198.266	288.559

12 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos da companhia, e
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

13 Receitas

As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime da Competência, e são provenientes de atendimento hospitalar a pacientes particulares, de empresas privadas e órgãos públicos, com os quais a Entidade, mantém convênio, sendo em sua maior parte vinda do SUS.

14 Despesas

As despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais-fiscais.

15 Resultado do exercício

A Entidade apresentou no exercício de 2020, um superávit de R\$ 171.416, que será incorporado ao Patrimônio Social após a aprovação do balanço em Assembleia Geral.

16 Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déficits, apurados anualmente desde a data de sua constituição, inclusive o do exercício de 2020, e ajuste de exercícios anteriores, sendo que o mesmo se encontra no valor de R\$ 824.781 e em 2019 570.524.

17 Doações

Eventualmente a entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas. No ano de 2020 a entidade recebeu as seguintes doações:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Doações - Pessoa Jurídica	110.259	25.350
Doações - Pessoa Física	21.561	31.033
TOTAL	131.820	56.383

18 Subvenções

A entidade reconheceu no ano de 2020 os seguintes auxílios e subvenções do Poder Público:

<u>Subvenções</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Municipal - Prefeitura Municipal Por	1.531.000	1.430.000
Municipal - Prefeitura Municipal Qui	36.000	24.000
Estadual - Convenio 902/2018	117.566	178.635
Estadual - Convenio 1544/2018	48.427	254.508
Federal - Convenio 835270/2016	18.150	16.503
Federal - Convenio 790981/13	8.234	9.881
Municipal - Emendas Parlamentares	426.569	-
Estadual - Convênio 00221/2020	8.688	-
TOTAL	2.194.634	1.913.527

19 Convênios DHS – Programa Saúde da Família

Até 31/12/2020, o Convênio vigente junto ao Departamento de Higiene e Saúde foi o de n.º 02/2019, vigência 22/03/2019 a 22/03/2024. Informamos abaixo os recursos originários dos convênios indicados:

Saldo Convênio a receber 31/12/2019	388.951
Saldo provisionado para recebimento em 2020	7.250.009
Total efetivamente recebido em 2020	7.184.900
Total em aberto em 31/12/2020	454.060

20 Recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

21 Atendimento ao SUS

A SANTA CASA DE POMPÉIA, em atendimento ao artigo 4º da Lei nº 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto 7.300/2010 e Portaria MS 834/2016, apresentou em 2020 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde) superior a 60% do total de sua capacidade instalada.

Sendo que atingiu o percentual de 80,75%, conforme tabela demonstrada a seguir:

Competência		Internação					Ambulatório			% SUS Mensal
		SUS		Não-SUS		% SUS	SUS	Não-SUS	% SUS	
		Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia	Internação	Qtde.	Qtde.	Ambulatório	
Janeiro	2020	43	265	15	61	81,29%	1.882	402	82,40%	81,29%
Fevereiro	2020	23	102	12	26	79,69%	1.878	340	84,67%	79,69%
Março	2020	37	189	8	14	93,10%	1.650	308	84,27%	93,10%
Abril	2020	26	132	20	68	66,00%	1.187	246	82,83%	66,00%
Maio	2020	34	130	8	40	76,47%	1.106	216	83,66%	76,47%
Junho	2020	31	66	9	6	91,67%	1.012	169	85,69%	91,67%
Julho	2020	36	70	8	27	72,16%	1.022	254	80,09%	72,16%
Agosto	2020	31	90	11	44	67,16%	1.024	214	82,71%	67,16%
Setembro	2020	27	70	9	43	61,95%	981	193	83,56%	61,95%
Outubro	2020	26	60	8	10	85,71%	1.155	283	80,32%	85,71%
Novembro	2020	23	137	4	4	97,16%	1.151	246	82,39%	97,16%
Dezembro	2020	18	182	7	13	93,33%	1.159	294	79,77%	93,33%
Total (SEM INCENTIVO)	2020	355	1493	119	356	80,75%	15.207	3.165	82,77%	80,75%

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), preencha caso a entidade possua:

- I - Atenção obstétrica e neonatal;
- II - Atenção oncológica;
- III - Atenção às urgências e emergências;
- IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas;
- V - Hospitais de Ensino

Sím / Não	Máximo	Obtido
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%
Não	1,50%	0,00%

Percentual de Atendimento ao SUS - TOTAL - no ano 2020 foi de: 80,75%

22 Trabalho Voluntário

Atendendo a Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2013, que através da ITG 2002, determina o reconhecimento do trabalho voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Assim sendo foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela SANTA CASA DE POMPEIA. Em primeira instância encontram-se os trabalhos voluntários, que, sem nenhuma remuneração são prestados pelos membros da DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da Entidade. A mensuração destes trabalhos foi feita com base nas horas despendidas, avaliadas pelo valor do salário dos membros da administração da Entidade.

	2020			2019		
	Horas	Valor H	Valor	Horas	Valor H	Valor
Presidência	480	57,75	27.720	480	44	21.120
Vice-Presidente	480	57,75	27.720	480	44	21.120
Tesoureiro	480	57,75	27.720	480	44	21.120
Conselho Fiscal	96	57,75	5.544	96	44	4.224
Total	1536		88.704	1536		67.584

23. Isenções Previdenciárias usufruídas

De acordo com o Art. 150 da Constituição Federal, a entidade é imune dos impostos sobre patrimônio e renda. Além disso, é considerada isenta de contribuições de acordo com o Art. 195 da Constituição Federal pois atende ao disposto na Lei 12.101/2009 e no Decreto 7.300/2010.

Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, estão demonstrados a seguir os valores relativos à isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2020, como se devido fosse:

	2020	2019
INSS - Cota Patronal	2.190.805	1.913.202
TOTAL	2.190.805	1.913.202

24. Outras Receitas

	2020	2019
Devedores Duvidosos	18	236
Resultado Venda de Imobilizado	-	890.000
Reembolsos Diversos	43.323	34.302
Atualização Selic - Tributos a Restitui	302	6.743
Reembolsos Diversos - Centro Imagem	-	161.435
Creditos Nota Fiscal Paulista	45.813	20.632
TOTAL	89.456	1.113.348

25. Eventos Subsequentes


A Entidade, até 19 de março de 2021, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas suas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020.


26. Outras informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação específica aplicável.

A exigência deste documento encontra-se no inciso IX do artigo 4º da Resolução n.º 177, de 10/08/2000, publicada no Diário Oficial em 15/08/2000.

Pompéia, 31 de dezembro de 2020


ALAIR MENDES FRAGOSO
SANTA CASA DE POMPEIA
PROVEDOR


CARLOS MITSUNORI HARAKI
CRC 1SP165207/O-3
CONTADOR